



Inclusão: um olhar acerca da realidade escolar

Jucyenne Aparecida R. de Oliveira; Evely Santos Palhano; Juliana Soares; Maria da Piedade Duarte Paulino

Universidade Estadual da Paraíba- UEPB

Resumo: Este artigo tem como objetivo retratar a necessidade de se discutir acerca de inclusão no âmbito escolar, enfatizando a questão da diferença. Consiste em um estudo bibliográfico. Para tanto, recorre a autores como Mattos, Mantoan, Miyashiro e Schilling, bem como alguns documentos legais relacionados à questão da inclusão. A inclusão no campo educacional requer um olhar sem diferenciações em sala de aula, enxergando o aluno como ele é, sem que existam qualquer tipo de estereotipo ou rotulação, possibilitando ao mesmo o acesso a tudo o que for proposto pela instituição, independente de suas limitações. No campo educacional além das limitações visíveis tem-se que reeducar o olhar de todos os envolvidos, quanto a interação e a aprendizagem, levando em conta a realidade na qual o aluno esta inserido, . A instituição escolar tem sobre si uma enorme responsabilidade, uma vez que a inclusão na escola, diz respeito a valorizar as diferenças, e a criar políticas de inclusão a fim de assegurar a participação de todos. Inclusão requer respeito ao próximo, as suas variadas formas de ser e estar no mundo, desse modo, o ambiente escolar tem como um de seus deveres garantir a inclusão dos aprendizes, entre eles os que apresentam necessidades especiais. A escola, como campo do saber deve reconhecer-se como agente de inclusão, comprometendo-se a combater qualquer tipo de exclusão, seja ela entre os aprendizes, entre educadores e aprendizes, ou entre os funcionários do respectivo local de trabalho. Esse estudo possibilitou trocas culturais, produção e desconstrução de significados, pensar alternativas e acreditar em uma educação comprometida com as diferenças sociais e com as limitações do outro.

Palavras-chave inclusão, afetividade, escola.

Introdução

Falar sobre inclusão não é algo simples, demanda uma série de fatores que devem ser observados, no intuito de promover em qualquer ambiente o acolhimento das pessoas que necessitam de atenção diferenciada, devido a suas limitações, sejam elas físicas ou mentais.

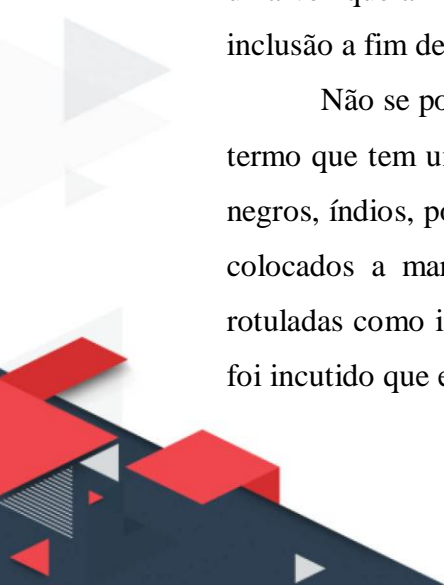
No campo educacional além das limitações visíveis tem-se que reeducar o olhar de todos os envolvidos, quanto a interação e a aprendizagem, levando em conta a realidade na qual o aluno esta inserido. A instituição escolar tem sobre si uma enorme responsabilidade, uma vez que a inclusão na escola, diz respeito a valorizar as diferenças, e a criar políticas de inclusão a fim de assegurar a participação de todos.

Não se pode mencionar o termo inclusão sem deixar de ao menos pensar em exclusão, termo que tem uma historia longa em diversos âmbitos, inclusive na educação. Indivíduos negros, índios, pobres, pessoas que não atendem aos padrões de beleza impostos tendem a ser colocados a margem, e no caso de crianças na fase inicial de escolaridade, muitas são rotuladas como incapazes, e tem interrompido seu processo de desenvolvimento, pois já lhes foi incutido que está fadada ao fracasso.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br



As grandes diferenças sociais que marcam nossa sociedade são terreno fértil quando se fala de exclusão, o indivíduo é vítima de uma sociedade que o estigmatiza, como pobre é posto como “coitadinho” e precisa de ajuda para se manter, o que acentua ainda mais a exclusão.

Entendendo que a escola possui um papel importante na formação do indivíduo, este artigo retratar a necessidade de se discutir acerca de inclusão no âmbito escolar, enfatizando a questão da diferença. Objetiva também analisar as dificuldades enfrentadas pelos docentes em sua prática enquanto mediadores no processo de aprendizagem.

A abordagem se deu através de estudo bibliográfico que tem como propósito reunir informações que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema.

Metodologia

Este artigo consiste em um estudo bibliográfico visto que “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental”. (Cervo e Bervian, 2002, p. 65)

O que seria incluir?

Inclusão segundo o dicionário Aurélio trata-se do “Ato ou efeito de incluir”, logo diz-se do ato de englobar, de tornar parte, independente das condições. Incluir não apenas a pessoa com deficiência em seus múltiplos aspectos, mas também aquele indivíduo que não consegue se relacionar com os demais, que está em sala de aula fora de sua faixa etária, e ainda aquele que passa por problemas no âmbito familiar.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205, dispõe que a educação é um direito de todos e dever do Estado, logo, entendemos que independente da classe social, condições físicas ou psíquicas a criança a partir dos 4 anos de idade tem o direito de frequentar o ambiente escolar.

Cabendo assim, a escola o compromisso de inserir aquele indivíduo nas práticas sociais, no convívio com o outro, fortalecendo valores como respeito, solidariedade e amor ao próximo, bem como oferecer “tratamento” diferenciando as crianças que tenham algum tipo de deficiência, e para tanto é imprescindível que a escola tenha um corpo docente capacitado para saber lidar com as crianças que apresentem algum tipo de limitação.

Essa é a chamada educação inclusiva, segundo a qual as pessoas com alguma deficiência devem frequentar a escola regular, de modo que interajam com os demais alunos que se encaixam no dito “regular”.

A declaração de Salamanca que teve como marco o princípio da educação para todos, retrata como ações cabíveis ao governo tendo como finalidade, orientar a prática no sentido de que todos os envolvidos no processo educativo acolham e apoiem todas as crianças, independentemente de suas limitações.

atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais; adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. ; desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva; estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais; encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais; invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva; garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

Tais pontos ainda encontram-se distantes de realizar-se por completo ao menos em boa parte das escolas brasileiras, devido a falta de incentivo das políticas públicas. Nesse campo algumas escolas encontram-se desprovidas de meios para proporcionar as crianças com limitações a assistência que lhes é devida.

A intenção é que se tenha qualidade de oportunidades para todos, a Declaração de Salamanca traz ainda como princípios norteadores: o reconhecimento as diferenças, atendimento às necessidades de cada um, promoção da aprendizagem, o reconhecimento da importância de escolas para todos e a formação dos professores.

Assim, a intenção é que se tenha verdadeiramente uma educação inclusiva, que englobe a todos sem restrições, em um exercício pleno de cidadania.

Segundo Castilho a educação inclusiva é causadora de discórdia, pois cada instituição e indivíduo tem uma opinião acerca da temática, enquanto alguns reconhecem que os alunos com necessidades educacionais especiais devem estudar em salas separadas pela deficiência apresentada, em contrapartida outras pessoas defendem que todos devem estudar juntos e aqueles com necessidades educacionais recebem atendimento educacional paralelo a escola regular, de modo a auxiliar os alunos no processo de ensino e aprendizagem.

A interação desses alunos em sala de aula é uma maneira dos demais alunos aprenderem a conviver com as diferenças e perceber que cada indivíduo tem sua particularidade e deve ser respeitado. Cabe aos professores e a gestão escolar trabalharem juntos de maneira a promover o combate ao preconceito dentro da própria sala de aula.

A escola regular assume um papel muito importante na construção da cidadania e combate ao preconceito, pois ela é capaz de formar alunos críticos que através de atitudes simples podem mudar a sociedade em que vivem, transformando-a em uma sociedade inclusiva.

A afetividade no processo de inclusão

De acordo com Mattos a afetividade é uma das ferramentas utilizadas para melhorar o convívio social dos alunos:

A afetividade é um caminho para incluir qualquer educando no ambiente escolar. É a mediadora entre a aprendizagem e os relacionamentos desenvolvidos em sala de aula, na busca da inclusão de qualquer educando na escola [...] (MATTOS, 2012, p. 226)

A afetividade é de suma importância em sala de aula, é um instrumento indispensável para os professores e até mesmo para as crianças. Quando os alunos são tratados com carinho, eles tem mais facilidade em compreender os conteúdos e exercem o respeito e conseqüentemente passam a interagir melhor com os demais colegas, e desse modo desenvolvem-se tanto afetivamente como cognitivamente.

Educação inclusiva é um modelo que busca integrar ou incorporar aquelas crianças, jovens ou adultos que tem problemas gerados por deficiência ou que sejam vítimas de marginalização de sua raça ou etnia, procurando incorporá-los ao meio social. A inclusão é a harmonia entre a diferença e a configuração representada pela convivência adequada entre todos. Portanto, incluir deve fazer parte não apenas na escola, mas também da sociedade, convivendo com as diferenças de cada sujeito. Não podemos ignorar as particularidades que estão imbricadas na personalidade dos indivíduos, que os diferenciam, porém adaptar-se a necessidades do outro, caracteriza-se no respeito para com o outro, promovendo relações de conforto e segurança independente do ambiente em que estão inseridos.

Inclusão requer respeito ao próximo, as suas variadas formas de ser e estar no mundo, desse modo, o ambiente escolar tem como um de seus deveres garantir a inclusão dos aprendizes, entre esses aprendizes apresenta-se os que tem necessidades especiais. Embora, diante da prática pedagógica, podemos observar a limitação quanto a inclusão de crianças/adolescentes, trata-se, portanto, de uma inclusão a qual subentende-se apenas como a

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

inserção da criança/adolescente na sala de aula, sem quaisquer auxílio. Sendo assim, é necessário uma formação de professores de qualidade, e apoio especializado aos mesmos.

Segundo Mantoan existe uma distinção entre integração e inclusão, ambos os termos são impregnados no contexto escolar, numa visão equívoca em relação a compreensão e a prática na sala de aula, a qual frequentemente pode-se presenciar a exclusão de múltiplas maneiras.

De acordo com Mantoan, "a integração escolar pode ser entendida como o "especial na educação". Contudo, a respeito da inclusão a autora afirma que "esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração"

Dessa forma, podemos entender que incluir agrega o conceito de integração, bem como, está associado a maneira a qual ocorre esse processo de inclusão, levando o sujeito a ter acessibilidade a todos os fatores, os quais constituem o desenvolvimento do sujeito, contribuindo para com a socialização e garantindo a aprendizagem da criança/adolescente.

Quando nos referimos a indivíduos com necessidades especiais, de antemão é fundamental compreender a que necessidade especial esses indivíduos trazem consigo, para que assim o professor(a) realize um trabalho em sala de aula, que alcance cada qual de forma inclusiva, sem que o mesmo seja alvo de práticas escolares que viabilizem a concretização do seu desenvolvimento.

Na esfera educativa, a própria escola, deve pois reconhecer esse espaço como agente de inclusão, competindo a mesma combater qualquer tipo de exclusão, seja ela entre os aprendizes, entre educadores e aprendizes, ou entre os funcionários do respectivo local de trabalho. Remete-nos o que Miyashiro e Schilling (2008, p. 245). Afirnam "à escola, é delegada a responsabilidade para a construção de uma sociedade que propõe a inclusão dos considerados "diferentes".

A educação tem a inclusão como ferramenta de grandes mudanças, nas quais o olhar sobre o outro não seja marcado pelo preconceito, pela discriminação e rejeição, somos iguais e diferentes, porém, não é gerando desigualdades que seremos inclusivos.

Escola, Família e inclusão

A sociedade atual vem buscando condições de lidar com as deficiências de alunos nas escolas regulares, compreendendo e analisando suas especificidades. Nesta perspectiva, as crianças com estas limitações tem sido inseridas no espaço de igualdade aos demais alunos da escola

regular, convivendo e aprendendo, conquistando esse espaço ainda de muitos desafios e questionamentos.

O Decreto Nº 3.956/2001 vem reafirmar que as pessoas com deficiência tem os mesmos direitos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definido como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Isso só vem fortalecer a permanência de alunos com limitações nas escolas regulares, quebrando paradigmas conceituais que impediam aos mesmos o acesso escolar junto aos demais.

A proposta da educação inclusiva é assegurar e dar condições aos alunos com deficiência, exercer seus direitos em relação ao cumprimento da inclusão escolar, referindo-se também a todos os indivíduos sem distinção de cor, raça, etnia ou credo.

A inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino não restringe aos esforços apenas da escola, incluindo também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade, fortalecendo o combate a intolerância e as barreiras atitudinais, bem como a compreensão da diversidade do desenvolvimento infantil. (ARRUDA; ALMEIDA, 2004, p.16).

É de grande importância a colaboração da família na participação escolar de seus filhos, a escola deve manter boas relações com os familiares, prestando-lhes informações e orientações indispensáveis no processo de seu desenvolvimento.

A perspectiva de uma escola inclusiva está relacionada a novas práticas pedagógicas que necessitam mudar a lógica de organização de seus espaços físicos para desenvolverem atividades produtivas para este aluno com limitações, promovendo novos recursos e estratégias e acessibilidade nesse âmbito escolar.

O Plano de Desenvolvimento de Educação- PDE 2007, recomenda a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recurso multifuncionais e a formação docente para o Atendimento Educacional Especializado -AEE.

Muitos são os desafios enfrentados por estes alunos com deficiência, no que diz respeito ao direito de permanecer nessas salas regulares junto aos demais alunos, a falar do preconceito, da exclusão, bem como da dificuldade do professor em suprir todas as necessidades desse aluno.

Um dos grandes desafios enfrentados por muitos professores é a falta de formações, visto que muitos ainda exercem práticas tradicionalistas, não tem acesso nem fazem uso de

recursos especializados que poderiam contribuir de forma significativa no desenvolvimento deste aluno com necessidades especiais.

No Brasil, a regulamentação mais recente que norteia a organização do sistema educacional é o Plano Nacional da Educação (PNE 2011-2020). Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a nova função da Educação especial com o modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao Ensino Superior): realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns de ensino regular.

Educadores reconhecem a urgência de adequar-se à diversidade humana, e precisam lidar com as diferenças individuais que compõem seu grupo de alunos numa escola regular, se deparando com a urgência de transformar o sistema educacional é garantir um ensino de igualdade para todos.

A escola regular só poderá ser vista como uma modalidade inclusiva, quando esta reconhecer as diferenças do outro com um olhar de respeito, buscando a participação de novas práticas escolares que vão muito além da sala de aula.

Para que essa escola seja concretizada é imprescindível a redefinição e a aplicação de novas alternativas e práticas pedagógicas compatíveis com a inclusão. [...] Os sistemas de ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios, participação da escola; participação das comunidades e local em conselhos escolares equivalentes. (LDB Lei N° 9394/96 artigo 14).

Considerações finais

Através do tema explorado, podemos concluir que o termo inclusão é frequentemente utilizado, embora, essa prática nem sempre é inserida no contexto escolar.

As abordagens em torno da inclusão, mais especificamente pelo viés educativo, apresenta-se de várias formas, no que se refere aos indivíduos com necessidades especiais, é necessário um espaço escolar adaptado, bem como uma prática que promova a aprendizagem para todos.

No processo de inclusão, verificamos que alcançar cada sujeito, inserindo-o de acordo com suas limitações, envolve aspectos relacionados a afetividade que faz parte da relação professor-aluno, desenvolvendo competências em quaisquer área de conhecimento através de uma educação inclusiva.

No âmbito escolar, o respeito ao diferente é uma forma de incluir, mas não é a única, desse modo, a metodologia, os recursos, o espaço físico, e o apoio ao professor no ensino regular assegura a qualidade da educação inclusiva.

A respeito da parceria entre escola e família percebe-se o favorecimento para que haja a garantia da inclusão a favor da interação e da comunicação mútua entre ambas as partes, destacando-se que o fazer educacional deve propiciar práticas como estas, a fim de atingir os objetivos dentro e fora da escola.

Esse estudo possibilitou trocas culturais, produção e desconstrução de significados, pensar alternativas e acreditar em uma educação comprometida com as diferenças sociais e com as limitações do outro.

Referências

ARRUDA, Mário Antônio. ALMEIDA, Mauro de. **Cartilha da inclusão escolar**. Inclusão baseada em evidências científicas. Rio Preto. ABDA.

BRASIL. Ministério Público Federal Fundação Procurada Pedro Jorge de Melo e Silva. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classe**.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. Constituição Federal de 1988. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em

CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5ªed. São Paulo: Pretice Hall do Brasil, 2002.

Disponível em: <<http://googleweblight.com/i?u=http://www.inclusive.org.br/arquivos/50&hl=pt-BR>>. Acesso em: 09 de julho de 2018.

Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/inclusao>>. Acesso em 08 de Agosto de 2018

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 11 de Agosto de 2018.

Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. Maria Teresa Mantoan. Disponível em: <<http://googleweblight.com/i?u=http://www.inclusive.org.br/arquivos/50&hl=pt-BR>>. Acesso em: 09 de julho de 2018.

MIYASHIRO, Sandra Galdino; SCHILLING, Flávia. **Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade**. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2008. p. 243-254.

MATTOS, S. M. N. de. **Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar...** Curitiba. Editora UFPR, 2012. p. 219-231.

O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular / Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br



III CINTEDI

(organizadores) / 2ª ed. rev. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em< <http://www.adiron.com.br/arquivos/cartilhaatual.pdf>> Acesso em 11 de Agosto de 2018.